

**DISPUTA DE HEGEMONIA NA POLÍTICA PARA O ENSINO MÉDIO EM  
PERNAMBUCO: AS LUTAS E A RESISTÊNCIA DOCENTE**

**DISPUTA POR LA HEGEMONÍA EN LAS POLÍTICAS PARA LA ENSEÑANZA MEDIA  
EN PERNAMBUCO: LAS LUCHAS Y RESISTENCIA DOCENTE**

**DISPUTE FOR HEGEMONY IN THE POLICY FOR SECONDARY EDUCATION IN  
PERNAMBUCO: TEACHER'S FIGHT AND RESISTANCE**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.55042>

Edima Morais<sup>1</sup>

Jamerson Antonio Almeida da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo analisa os mecanismos de disputa de hegemonia nas políticas educacionais para o ensino médio em Pernambuco, evidenciando como professores e sindicatos se posicionam e desenvolvem estratégias de contestação e/ou resistências às determinações dessas políticas. Nosso objetivo é analisar se na disputa de hegemonia o sindicato consegue estabelecer a sua direção intelectual e moral ou está subordinado à direção dos gestores da política. Há indícios de processos de transformismo e enfraquecimento do sindicato, como intelectual coletivo, para organizar e dirigir a luta dos docentes no contexto das políticas gerencialistas.

**Palavras-chave:** Política Educacional. Organização Política. Sindicato. Hegemonia. Transformismo.

**Resumen:** El artículo discurre sobre los mecanismos de disputa de hegemonía en las políticas educacionales para la enseñanza media, en Pernambuco, y como los/as trabajadores/as de la educación y sindicatos se posicionan y desarrollan métodos de contestación y/o resistencias a las determinaciones de esas políticas. Nuestro objetivo es analizar si, en la disputa de hegemonía, el sindicato consigue establecer su dirección intelectual y moral; o si está subordinado a la dirección de los dirigentes de la política. Hay indicios de procesos de transformismo y la debilidad del sindicato, como intelectual colectivo, para organizar y conducir la lucha de los/as trabajadoras/es en el contexto de las políticas gerenciales.

**Palabras-clave:** Política Educacional. Organización Política. Sindicato. Hegemonía. Transformismo.

**Abstract:** The article discusses the hegemony dispute mechanisms in educational policies for secondary education in Pernambuco and how teachers and unions think, and how they develop strategies to dispute and/or resist these policies' determinations. Our objective is to analyze, in the dispute for hegemony, whether the union manages to establish its intellectual and moral direction or it is subordinated to the direction of political leaders. There are indications of transformism processes and the weakening of the union, as an intellectual collective, to organize and lead the teachers fight in the context of managerial policies.

**Keywords:** Educational Policy. Political Organization. Union. Hegemony. Transformism.

### **Introdução**

Este artigo é resultado da tese intitulada “Disputa de hegemonia na política de ensino médio em Pernambuco: do controle do trabalho docente, aos movimentos de contestação e/ou resistência dos professores da Rede Estadual” (MORAIS, 2022). Como tal, aborda os mecanismos de disputa de hegemonia nas políticas educacionais para o ensino médio em Pernambuco, analisando como professores e sindicatos se posicionam frente a essas políticas, desenvolvendo estratégias de contestação ou se acomodando às determinações dessas políticas. O *lôcus* da pesquisa foi a política para o ensino médio, tendo como sujeitos de pesquisa os professores e os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O governo de Pernambuco criou o Programa de Educação Integral (PEI) com o objetivo de realizar “o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco” (PERNAMBUCO, 2017). A principal aposta do PEI é a implantação em regime de tempo integral, “no formato de 45 horas-aula semanais, 35 horas-aula semanais, ou 35 horas-aula semanais de dupla jornada” (PERNAMBUCO, 2017). De acordo com SILVA (2022, p. 186), essa ênfase na ampliação do tempo escolar vem se dando “sob forte influência de reformadores empresariais da educação desde 1990. O PEI, inclusive, foi elaborado a partir de uma modificação no tipo de parceria público-privada que havia sido implantada em Pernambuco durante o governo anterior, desde 2004: o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO) (SILVA; SILVA, 2016).

A motivação principal da criação do PEI, em 2007, foi resolver o problema de a Rede Estadual de Pernambuco figurar, naquela época, na vigésima sétima colocação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Após a medida, precisamente em 2015, a rede passou para a primeira colocação. Tratou-se de um aprofundamento da gestão por resultados, realizada através do Programa de Modernização da Gestão Pública - Metas para a Educação (PMGP-ME) que, de acordo com Silva e Silva (2016, p. 746), “[...] foi criado em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), voltado para a melhoria dos indicadores educacionais do Estado”.

A partir da adoção desse modelo de gestão, houve um aprofundamento dos processos de controle do trabalho de professores e gestores que se expressa mais fortemente através da implementação da Lei nº 15.973 de 2016 que institui o Adicional de Eficiência Gerencial (AEG) (PERNAMBUCO, 2016). Trata-se de uma gratificação que deve ser paga mensalmente à equipe gestora que atingir o Índice de Eficiência Gerencial. Outras ações nesse mesmo sentido foram: o Seminário de Boas Práticas do Pacto pela Educação, cujo objetivo é a integração de gestores e equipe técnica com o intuito de divulgar práticas exitosas sobre gestão escolar que possam ser replicadas e a criação do Sistema

de Informação da Educação de Pernambuco (SIEPE) e do aplicativo SIEPE para o professor, que permite o acesso ao sistema sem a necessidade de estar conectado à internet.

A pesquisa se desenvolveu no sentido de analisar em que medida e de que forma professores e estudantes das Escolas de Ensino Médio e seus organismos representativos têm se conformado, contestado ou se organizado na disputa de hegemonia da política para o ensino médio em Pernambuco.

Como procedimentos metodológicos foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 27 docentes, 2 dirigentes do Sindicato dos Professores de Pernambuco, 1 dirigente da CNTE e dirigentes da UESPE e UESC. Os roteiros das entrevistas foram estruturados em torno das seguintes categorias: a) pontos de tensão em relação à política estadual; b) organização e participação política dos docentes, c) diretriz política dos organismos de classe, d) ações dos organismos de classe, e) interação entre direção e base e; f) processos de formação política. Essas entrevistas tiveram como objetivo identificarmos as formas de resistências que esses sujeitos desenvolvem, bem como buscamos captar os principais pontos de tensão entre professores, gestão e a política para o ensino médio. Além de conhecer a posição do sindicato, analisando se este se apresenta como intelectual coletivo de classe, e qual a posição do mesmo sobre a política estudada.

Este artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. Nas seções dois e três desenvolvemos uma discussão teórica fundamentada em categorias centrais do pensamento gramsciano, a saber: hegemonia, revolução passiva e transformismo. Nesse sentido, partimos da lógica de que as classes dominantes e suas frações desenvolvem estratégias para impor e consolidar uma concepção de mundo que dê conta de seus interesses e, para isso é necessário convencer a sociedade como um todo, combinando a produção de consensos e mecanismos de coerção. No caso das políticas para o ensino médio, um conjunto de transformações vêm ocorrendo ao longo dos anos e têm sido assumidas pela opinião pública como uma solução para os problemas da educação pública nesta etapa de ensino em Pernambuco.

No quarto tópico, analisamos os depoimentos dos entrevistados sobre a organização e a participação política dos docentes, examinando se as ações desenvolvidas por professores e sindicato se constituem como um movimento orgânico, examinando o nível de interação entre a direção sindical e a sua base, e identificando os processos de formação política no interior das organizações de classe investigadas. Por fim, na quinta seção, apresentamos as conclusões do estudo, desvelando diversos elementos da hegemonia da política para o ensino médio no estado de Pernambuco.

### ***Hegemonia, revolução passiva e transformismo: aportes teóricos para análise da política educacional para o ensino médio***

As categorias do pensamento gramsciano são ricas para o exame das políticas educacionais. O referencial teórico-metodológico da pesquisa baseia-se em tal abordagem, sobretudo nas categorias de hegemonia, revolução passiva, transformismo e intelectuais orgânicos.

O conceito de hegemonia nos fornece elementos para o entendimento dos consensos e dissensos estabelecidos pelos sujeitos envolvidos na efetivação da política para o ensino médio em Pernambuco e de como o sindicato dos professores interferiu, ou não, na forma e no conteúdo da política para o ensino médio. Em função da centralidade do referido conceito, este será o nosso fio condutor.

De acordo com Dias (1996), Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia destacando o duplo caráter da ação política e do desenvolvimento de Estado, ou seja, a combinação e o equilíbrio entre força e consenso. Dessa forma, o domínio de classe não acontece apenas por meio da imposição da força, mas depende, e muito, da capacidade que essa classe tem de manter a direção intelectual e moral sobre a sociedade como um todo. Entretanto, não se trata apenas de um controle ou mero domínio ideológico, mas se traduz na capacidade que uma classe tem de elaborar sua visão de mundo diferenciando-se e contrapondo-se às visões das outras classes. Ou seja, tem a ver com a capacidade de mobilizar as consciências a partir de um plano universal. Desse modo, Dias (1996) afirma que a questão central é o nexo entre a capacidade que uma classe tem de construir uma concepção de mundo própria, autônoma e a realização da hegemonia. Esse processo de construção de hegemonia acontece dentro de um cotidiano antagonístico de classe e daí decorre a centralidade das classes. Essa centralidade é tomada como “síntese de múltiplas determinações” e não como um *a priori* lógico, com um “efeito de estrutura”, sendo isto determinante no exercício da hegemonia.

De acordo com Acanda (2006), Gramsci considera que, para o exercício da hegemonia, é necessário que o domínio de uma classe seja apoiado no consenso da maioria e, em vista disso, é fundamental a existência de instituições e mecanismos capazes de educar para este consenso, produzir hábitos de comportamento, valores e modos de pensar. Aquilo que Gramsci (1975) chamou de “aparato ‘privado’ de hegemonia”, que integra desde a fábrica, a escola, a igreja, o poder judiciário, a mídia, partidos políticos, sindicatos etc. Todos esses aparatos fazem parte da Sociedade Civil e compõem o Estado Integral e não apenas a máquina governamental. Assim, concebemos a sociedade civil como espaço heterogêneo e diverso, campo de disputa entre as classes sociais e, portanto, não sendo só um instrumento de análise, mas um “instrumento de construção e/ou desconstrução, de estreitamento ou ampliação de determinados espaços que, em certo sentido, guiam a atividade de sujeitos sociais específicos” (ACANDA, 2006, p. 175).

A compreensão da sociedade civil como um dos principais espaços das lutas de classe no capitalismo contemporâneo permite entender que ela não é, apenas, espaço de dominação. De acordo com Fontes (2020), as contradições que atravessam a sociedade civil são imensas e, mesmo havendo o enfrentamento, elas não são eliminadas ou apagadas, pois se renovam “pela necessidade de repor as divisões sociais, adequadas à reprodução da existência sob o capital, mas produtoras de tensões” (FONTES, 2020, p. 21). Assim, segundo a mesma autora, é por isso que na análise gramsciana sobre a sociedade civil é preciso insistir no papel que os aparelhos privados de hegemonia (APHs) cumprem no interior do Estado, uma vez que se perdemos de vista as formas de luta e organização na sociedade civil,

perdemos o aspecto mais amplo dos processos de dominação e de seu enfrentamento.

Nesta mesma direção, de acordo com Bianchi e Aliaga (2011), a compreensão de Gramsci sobre a hegemonia como articulação entre força e consenso é uma “reflexão sobre o Estado, isto é, sobre como o equilíbrio das relações de forças sociais se estabelece entre os diversos grupos na sociedade civil em disputa pela direção do aparelho estatal. Dessa forma, Gramsci (1984) não concebe o Estado apenas como aparato governamental. De acordo com o autor, a noção de Estado Integral envolve “Estado = Sociedade Civil + Sociedade Política, ou seja, hegemonia encorajada de coerção.” (GRAMSCI, 1984, p. 76). Articulada à hegemonia, Gramsci (1984) desenvolve também a noção de bloco histórico, no qual as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, sendo essa distinção apenas didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias passariam a ser mero capricho individual sem as forças materiais. Desse modo, um bloco histórico é onde existe a unidade concreta entre o conteúdo econômico-social (estrutura) e a forma ético-política (superestrutura).

A elaboração de Gramsci sobre o papel dos intelectuais é fundamental para o exame dos processos de hegemonia. De acordo com Duriguetto (2014), segundo a perspectiva gramsciana os intelectuais estão organicamente relacionados com as determinações do mundo concreto. Segundo a autora, Gramsci oferece “uma interpretação original da função dos intelectuais nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas” (DURIGUETTO, 2014, p. 265).

Logo, os intelectuais podem ter o papel central na formação da consciência crítica das classes subalternas, numa perspectiva contrária aos interesses capitalistas. Assim, de acordo com a autora:

O que interessa ao sardo marxista na reflexão acerca da questão dos intelectuais é a ampliação da formação e da ação dos intelectuais orgânicos das classes subalternas na construção de uma sociedade regulada pelos interesses e necessidades do trabalho, que Marx belissimamente nomeou de emancipação humana. (DURIGUETTO, 2014, p. 265).

Considerando a questão dos intelectuais, é importante pontuar também a relevância atribuída à escola na formação destes. De acordo com o autor, “a escola é um instrumento para elaborar os intelectuais de diversos graus” (GRAMSCI, 1986, p. 356). Desse modo, de acordo com Ferreti e Silva (2017), na perspectiva gramsciana a educação é uma atividade fundamental do Estado em sentido integral, cujo objetivo é a formação intelectual dos sujeitos individuais e coletivos de uma dada sociedade.

Além disso, consideramos que a categoria de intelectual é fundamental nesse estudo para a compreensão do papel de organização e direção que desempenha o sindicato dos professores, como intelectual coletivo. Em seus escritos, Gramsci (1982) explicita o caráter mediador dos intelectuais entre as classes sociais e o Estado. Nesta perspectiva, os intelectuais têm papel fundamental, desenvolvendo uma função organizativa e conectiva, tanto no âmbito da produção, como no da cultura e no do campo político-administrativo. Dentro de um contexto de dificuldade para as classes subalternas elaborarem suas ideias, sua ideologia e para que atribuam outro conteúdo mais revolucionário às ideias de uma dada

época histórica, o partido político e as entidades de organização coletiva classistas se apresentam como espaços privilegiados de elaboração de seus intelectuais orgânicos. A respeito ele afirma:

O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que representa na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de um modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo – o grupo dominante- e os intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente em dependência de sua função fundamental, que é de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral civil e política. (GRAMSCI, 1982, p. 14)

Assim, o partido e as organizações das classes subalternas precisam se constituir numa perspectiva de formação de seus intelectuais, com a finalidade de elaborar sua identidade de classe e um projeto alternativo ao das classes dominantes.

Uma das grandes dificuldades do desenvolvimento de uma consciência unitária e orgânica das classes subalternos, se refere principalmente aos processos de cooptação de suas lideranças pelas classes dominantes. Na medida em que os subalternos “ainda não adquiriram consciência de sua força e de suas possibilidades e modos de desenvolvimento” eles não conseguem sair de uma fase inicial de organização, facilitando esse processo migratório (GRAMSCI, 1999, p. 41). Para entender esse movimento, o estudo se vale do conceito de “transformismo”, mobilizado por Gramsci (1984; 1999) ao analisar o *Risorgimento* italiano que, em linhas gerais, significa a incorporação molecular das principais lideranças dos grupos e, posteriormente, de grupos inteiros que fazem oposição às forças dirigentes, apresentando uma total aversão à participação das classes populares nas questões estatais.

O conceito de transformismo se refere ao enfraquecimento e estagnação da força antagonista à dominação. Neste contexto, a política de cooptação de importantes lideranças políticas e sindicais ou a incorporação de determinadas práticas dos subalternos ao programa hegemônico é essencial para os grupos dominantes manterem sob controle as lutas político-ideológicas da classe trabalhadora. Nessa direção, nossa análise se desenvolve no sentido de compreender se, em certa medida, docentes e representantes sindicais estão sofrendo transformismo de forma passiva ou de forma ativa, numa palavra, tendo ou não consciência desse processo. Ao analisarmos a atuação dos professores da rede estadual de ensino de Pernambuco, por meio do sindicato, o conceito de transformismo emerge, no sentido de entendermos em que medida esses sujeitos assumem ou contestam as concepções de ensino médio e educação integral elaboradas pelos intelectuais da classe dominante.

Outro conceito mobilizado como chave teórica para analisar a disputa de hegemonia na política para o ensino médio em Pernambuco é o de revolução passiva. Tal conceito, de acordo com Modonesi (2018), parte do ponto de vista de que o transformismo e a passividade são fenômenos subsidiários nos processos de revolução passiva. Assim, de acordo com o autor, é “possível uma releitura do conceito de revolução passiva na qual a passividade, entendida como aspecto de subalternidade, adquire peso e centralidade na configuração e envergadura do conceito; serve como pedra angular da

articulação como dispositivos correlatos de transformismo e cesarismo” (MODONESI, 2018, p. 99).

Dessa forma, mobilizamos o conceito de revolução passiva para examinarmos a experiência do Programa de Educação Integral como transformações moleculares e graduais no modelo de gestão da educação na perspectiva gerencialista, com intensificação dos processos de controle do trabalho docente e do currículo que, ao invés de significar a tão propagandeada revolução no ensino médio em Pernambuco, promoveu uma desqualificação na formação dos jovens estudantes e do trabalho dos professores. Sobretudo, se tomarmos como referência a compreensão de que uma educação integral deve promover uma formação omnilateral, através da qual,

O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto, como um homem total. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento objetivo ou no seu comportamento para com o objeto a apropriação da efetividade humana. (MARX, 2004, p. 108)

Dessa forma, o conceito de revolução passiva nos ajuda a compreender o fenômeno estudado, em que a evidência maior recai sobre o segundo termo desse par dialético, o apassivamento. Desde a sua gênese, a narrativa desenvolvida em torno do PEI e do modelo de escola de tempo integral implantado no ensino médio em Pernambuco foi propalada como fato inovador para a educação pública, inclusive servindo como referência para o país. No entanto, o que se vislumbra até então são reformas graduais no modelo de gestão que resultaram num controle quase que absoluto do trabalho docente e da subsunção exigida pelo programa.

Não obstante, existem elementos muito importantes presentes nas relações que se estabelecem dentro do PEI, que resultam das contradições de classe e o esforço constante em obscurecê-las. E é exatamente tais contradições que nos impulsiona a pensar se dentro do PEI existe uma condição potente para a construção de uma crítica mais vigorosa por parte dos professores e que possa se caracterizar como uma resistência ao que é ditado no programa, ou seja, se a antítese a ser construída pelos docentes e seus órgãos de classe é potente o bastante para romper e superar a tese.

Examinando o Programa de Educação Integral como um todo em movimento e em desenvolvimento é possível descobrir a existência de tendências contrárias que podem levar a política para o ensino médio em Pernambuco de um estado qualitativo a outro (CHEPTULIN, 1982). Ou seja, se existem contradições entre as classes em disputa, os interesses dos docentes e os interesses empresariais que permeiam o programa da educação numa perspectiva neoliberal são radicalmente opostos, o que está se buscando saber é se os sujeitos pesquisados têm consciência disso e como estão se mobilizando.

### *Ações e estratégias desenvolvidas por professores e sindicalistas na disputa por hegemonia na política para o ensino médio*

Esta seção analisa em que medida e de que forma professores, estudantes e sindicalistas disputam a hegemonia da política para o ensino médio em Pernambuco, examinando se as ações desenvolvidas eles se constituem como um movimento orgânico. Para tanto, analisamos a organização e participação dos docentes no sindicato e as consequências para disputa de hegemonia.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco foi fundado em 1990, resultado da unificação entre a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE); Associação dos Orientações Educacionais de Pernambuco (AOEPE); Associação dos Supervisores do Estado de Pernambuco (ASSSUEPE) e da comissão representativa dos funcionários. O SINTEPE é filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No seu início, o SINTEPE se estruturou a partir de comissões de base por local de trabalho, por delegados nos municípios (representantes eleitos pela base) do interior e núcleos regionais, sendo um em cada cidade com Gerência Regional de Ensino. De acordo com os dados de 2021, a entidade tem um total de 23.453 filiados, ativos e aposentados, entre professores e demais trabalhadores da educação (MORAIS, 2022).

O referido sindicato, de acordo com o estudo de Morais (2022) tem uma posição crítica em relação ao PEI, exemplificada no trecho abaixo:

(...) Primeiro se questiona que não é escola de educação integral porque quando você vai é, pegar a perspectiva do currículo, é (...) alguns professores têm chamado de pedagogia do confinamento, porque os estudantes passam das 7:30 às 17:00 horas e eles não tem uma formação integral. Você teria que ter além de português, matemática das disciplinas básicas, você teria que ter algumas outras atividades, né? Aulas, projetos que dessem conta de uma formação mais ampla do ponto de vista ético, estético, enfim, você não tem quadra coberta, então as aulas de Educação Física se resumem as aulas teóricas. Enfim, você não tem uma estrutura nas escolas que possibilitem uma educação integral. (DIRIGENTE SINDICAL 1)

Perguntados se conheciam a posição do SINTEPE em relação ao Programa de Educação Integral, os professores entrevistados reconhecem que o sindicato tem uma posição crítica, mas afirmam que, apesar disso, a entidade não consegue influenciar os rumos do programa. Segue o trecho da entrevista:

Sabemos que é bastante crítica, né? Mas não tem muita margem para ação contrária, porque parece ser um entendimento da sociedade que o governo também quer implementar algumas políticas de aumento de tempo na escola. Por exemplo, se crítica bastante, às vezes, a forma, mas parece que vai caminhando junto. (PROFESSOR 1)

Além disso, os professores entrevistados consideram que o SINTEPE está distante do cotidiano das escolas, apesar de considerar que a posição da entidade é contrária às políticas de cariz neoliberal e aos processos de privatização da educação pública. Os trechos abaixo são extraídos do estudo de Morais (2022):



Olhe, o sindicato, pelo menos, aqui neste colégio, ele não está bem presente, não. São raras as vezes que eles trazem algum informativo aqui. Sobre tratar assuntos pertinentes a essa política educacional em si, não. (PROFESSOR 7)

Pelo que é colocado em assembleias e debates com a categoria, é contrária à prática dos planos a serviço das ideias neoliberalistas. (PROFESSOR 17)

Quando perguntados se participavam das atividades promovidas pelo sindicato e como se organizavam coletivamente, os entrevistados, embora reconheçam a importância da organização coletiva, responderam que participam, mas não de forma organizada e que, por isso, acreditam que não conseguem influenciar diretamente a política para o ensino médio em Pernambuco. Nesse sentido, os docentes citaram vários motivos para não participarem, dentre eles: “não gosta de movimento de rua”; “não se sente representada, considera que os dirigentes freiam a categoria”; “se considera muito passiva”. Sobre esse tema ainda foi destacado que há pouca adesão dos professores efetivos ativos, sendo a grande maioria dos que participam das assembleias, os professores aposentados. Os trechos abaixo, mais uma vez, exemplificam essa questão:

Porque eu não me sinto representada justamente porque eu acho que eles cessam as lutas [...] eles não têm uma dinâmica de luta pelo educador como eles deveriam ter. Por exemplo, quando eu trabalhava na região metropolitana, eu trabalhei lá por alguns anos, eu vim para cá em 2017, mas 2016 eu estava lá. Eu ia às vezes para algumas reuniões, algumas assembleias a gente percebe que os próprios chefes ficam freando a categoria para não se ir à luta de coisas que são direitos nossos, então eu acho que isso não me representa. (PROFESSORA 4)

Mas eu percebo também que dentro do sindicato, não sei se é regional, mas os professores da ativa eles não participam, quando você vai para a assembleia, congresso são só mais os aposentados que participam. O sindicato passa nas escolas avisando, publica que vai ter caravana que vai ter abono de falta quem quiser ir quando você chega no dia você só vê mais aqueles... os de sempre, né? Você não vê uma participação muito ativa. (PROFESSORA 11)

Em relação à participação dos professores nas atividades desenvolvidas pelo sindicato, os representantes sindicais apontaram que há uma certa dificuldade devido ao grande número de contratos temporários e porque o maior número de sindicalizados são professores aposentados. Outro aspecto destacado nos depoimentos dos dirigentes sindicais é que a participação era maior até o ano de 2010. Suspeita-se que isso tenha relação com o fato de a implantação do PEI ter se dado a partir de 2008.

A gente tem tido muita dificuldade: [...] Duas questões: primeiro um número muito grande de professores que participaram da década de oitenta das lutas pela retomada, pela redemocratização, pela retomada dos sindicatos, contra a ditadura. Porque quem criou o sindicato foi esse pessoal que veio da luta contra a ditadura, no processo da década de oitenta, setenta e nove, esses já se aposentaram. Você tem muito poucos agora na rede e estão muito mais porque têm um segundo contrato; o outro é o número muito grande de contrato temporário, a gente tem mais de 14 mil de contratos temporários. E essa questão dos contratos temporários, pela própria natureza da relação de trabalho, eles se sentem mais fragilizados porque não têm proteção nenhuma de estabilidade. Então um número muito grande de contratos temporários dificulta a ação coletiva porque eles não vêm para uma greve, eles não enfrentam a direção da escola do ponto de vista das políticas autoritárias, eles não reivindicam participação no Projeto Político Pedagógico, na reformulação dos projetos nas escolas, né, da elaboração da política mesmo de educação na escola que ficam muito à mercê de quem colocou eles ali. (DIRIGENTE SINDICAL 1)

(...) agora, aqui em Caruaru. O interior eu acho muito fraco O professor tá ligado ao sindicato pra tá combatendo isso. Ele é até sindicalizado, mas ele tá lá no seu canto, não participa, não reclama, não se rebela (...). É muito pouco, e isso é de uns anos pra cá. Porque eu trabalhei aqui no sindicato, eu fui funcionária daqui por 10 anos, do ano 2000 até o ano de 2010 e era muito mais participativo. As plenárias, o povo na rua, o povo indo para o Recife, indo para as assembleias. Mas, de uns anos pra cá, ficou (...) eu não sei se isso tem a ver com esse tempo das escolas integrais (o PEI inicia-se no ano de 2008). Coincidência ou não, é justamente nesse tempo. E aqui em Caruaru tem muitas (...). (DIRIGENTE SINDICAL 2)

Portanto, as entrevistas mostraram que o número alto de professores temporários tem se constituído como um importante elemento que dificulta a mobilização da categoria frente à política para o ensino médio em Pernambuco e, por isso, o enfrentamento das tensões acontecem de formas “diferentes”, visto que quase a metade desses profissionais possuem contratos de trabalho temporários e, por isso mesmo acabam aceitando as pressões e as cobranças, apesar de muitas vezes não concordar com o programa. Os professores que são efetivos se sentem mais seguros em se sindicalizar e participar das atividades desenvolvidas pelo sindicato, ao contrário dos temporários, que pressionados pelo vínculo precário, acabam não se sindicalizando e, muito menos, participando das ações sindicais.

A mobilização dos professores lotados nas escolas de tempo integral para a participação nas ações sindicais é prejudicada, principalmente, pelo caráter centralizador da gestão gerencialista, que inclui, desde a indicação de gestores escolares para o cargo comissionado, sem realização de eleição direta, até mesmo a distribuição de gratificação por localização especial para os professores dessas unidades (PERNAMBUCO, 2022).

A gestão gerencial do PEI, implantado através do Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para a Educação, é organizada através de um sistema de monitoramento de todas as ações pedagógicas com vistas a promover resultados nas avaliações em larga escala e, com isso, de melhoria da pontuação nos indicadores de qualidade. De acordo com Morais (2022)

Essa política denominada de “Política de Responsabilização Educacional” engloba informações sobre o Termo de Compromisso, o Bônus de Desempenho (BDE), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em Pernambuco (IDEB) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEB). (MORAIS, 2022, p.19)

As pressões por resultados a partir desse modelo de gestão adotado é tão grande que parece afetar a capacidade dos professores participarem da luta sindical, apesar se sentirem o mal-estar para exercer o trabalho docente, diante de tamanha pressão. O trecho abaixo exemplifica bem a questão:

(...) não sou ativa e tenho medo. Medo porque são opiniões e você vai escutar muita coisa, tem medo de você expor o que você realmente está passando, está sentindo e quer falar. Você tem medo de punições, eu acho que é mais isso. (PROFESSORA 14).

Eu acho que a questão da quantidade de contratos também faz com que não haja muita resistência ao... quando tem uma fala no meio dos outros é uma resistência muito pequena, acho que a maioria acho que por conta dessa questão do vínculo também. Não sei se esse medo de retaliação não é. Também volta aí a questão dos contratos, não é? Você vê quando tem uma paralisação geralmente só param os efetivos, mas mesmo que... não se percebe a força que tem, acho que não se percebe e se rende ao medo que se impõe assim. Aqui a gente tem, no turno da noite pelo

menos, a maioria é efetivo, aí quando tem paralização geralmente à escola funciona de manhã e de tarde e à noite para todo mundo. É forma de desmobilizar, dividir para perder a força. (PROFESSORA 11)

Algo que ficou muito presente entre os professores entrevistados foi a existência também de uma compreensão de que existe um distanciamento do sindicato em relação aos trabalhadores que atuam nas escolas de tempo integral. Para os entrevistados, esse distanciamento impede que esses profissionais acompanhem o desenvolvimento das atividades da entidade. Muitos desses docentes se sentem impedidos de se sindicalizar por serem contratados temporariamente e não efetivos e com estabilidade na função. Acusam também de existir uma proibição velada à sindicalização pelos gestores escolares, sob pena de perderem seus contratos, gestores esses que não são eleitos pela comunidade escolar. Além disso, o cotidiano dessas escolas é bastante pressionado relação aos resultados, como já foi destacado anteriormente.

Olha, existe também um distanciamento em relação ao corpo docente das escolas integrais, também com o próprio sindicato. Então, tem questões que muitas vezes a gente resolve que deveria ser feito através do sindicato, mas como há esse distanciamento, aí a gente fica meio sem acompanhar realmente o desenvolvimento, o que se planeja, o ponto de vista do sindicato. Realmente há um distanciamento. (PROFESSORA 2)

Entretanto, de acordo com os dirigentes sindicais, o atendimento do SINTEPE se dá para todos os trabalhadores da rede de ensino, independente se atuam em escolas de tempo integral ou não, apesar de reconhecerem a dificuldade enfrentada nas EREMs no processo de desenvolvimento de uma gestão democrática, como destacado no trecho abaixo:

Tem uma questão que (...) já é nesse contexto do governo de Eduardo Campos. Quando ele assumiu, existia eleição direta para diretor, e isso, aos poucos, foi mudando. Passou a ser um programa onde o pessoal ia fazer uma seleção, fazia um curso e depois ia participar do processo seletivo. Embora as escolas que são EREMs, desde o início, já nascerem com a gestão com indicação, passou a ser indicação, cargo comissionado mesmo, e não eleição direta como a gente tinha na rede. (...) então, a gente vai ter que ir para uma campanha mais ampla junto aos alunos, junto aos professores. Uma retomada da eleição direta para diretor, que não dá conta do processo de democratização como um todo, é verdade, mas é uma das condições. (DIRIGENTE SINDICAL 1)

Perguntados sobre os desafios e limites para organização coletiva dos professores, os entrevistados destacaram que muitos dos professores estão desencantados por conta dos poucos avanços da luta docente. Sentem que não há conquistas a partir dessas lutas, vão desistindo e aceitando as imposições de maneira mais passiva e sem oferecer maiores resistências:

É bem complicado em relação a isso, porque até no período que houve greves que sempre participamos, a gente ver que no início uma boa quantidade até adere e depois o movimento vai enfraquecendo e as pessoas dizem que não resolve nada e vão desistindo. Parece que há sim um descrédito uma falta de esperança de que vai mudar, que vai acontecer algo. Então parece que as pessoas não estão acreditando muito no movimento, fora aquelas pessoas que ainda têm medo de represálias. Os movimentos em defesa dos nossos direitos parecem que não são muito bem-vistos pelos governantes e isso de certa forma também pressiona os nossos colegas a não participarem. Além desses outros como eu citei antes, não acreditar que possa acontecer, quando a gente sabe que toda revolução só aconteceu quando o povo

botou a cara mesmo para participar. E enfrentou, e foram as ruas, e foram protestar, dizer que não aceitavam aquela condição. (PROFESSOR 2)

Há desunião realmente (...). Eu acredito que a desunião vem justamente no ponto financeiro. Vai indo, vai indo, vai indo, falou em cortar o ponto, aí depois volta todo mundo. E, assim: como nas últimas greves não teve, realmente, nenhum ganho pra gente, faz com que caia aquele desânimo e que não acredite mais em nada. Aí eu acredito que esta seja a maior causa dessa desunião que está ocorrendo na educação. Existe um exército de professores do lado de fora que estão desempregados prontos para entrar aqui ganhando menos do que a gente ganha. Aí isso também causa esse estresse no que se refere a unidade da categoria. (PROFESSOR 7)

A opção dos gestores da Rede Estadual de Pernambuco em promover uma gestão gerencial, em detrimento de uma gestão democrática, a quantidade de professores com vínculos temporários em relação aos concursados e a falta de sucesso da luta sindical em garantir uma melhoria salarial e um melhor plano de carreiras para os professores têm sido fatores que desanimam os trabalhadores a se sindicalizarem ou a se manterem sindicalizados. Além disso, a situação das escolas de tempo integral no Estado, que pressionam ainda mais os professores pela garantia de resultados, acaba afastando os mesmo da vivência das lutas coletivas, visto que se sentem ameaçados de perderem o vínculo e, com isso, a gratificação (no caso dos professores efetivos).

Muitos dos professores entrevistados consideram que o SINTEPE esteve alinhado mais com o governo do que com a própria categoria ou é, ao menos “pouco combativo” ou omissivo. O trecho abaixo evidencia essa questão:

Eu conheço muito pouca coisa da questão sindical e até já tentei me encaixar. Nem sindicalizada eu sou, porque já tentei até me encaixar, tudo mais, mas eu acho o sindicato muito político [...]. Político no sentido de que é o sindicato que era pra ser representante legal do funcionário. Muitas vezes representa entre aspas, esse funcionário, para priorizar algumas coisas que o Estado quer. Então, eu acho que peca muito em relação a isso. Claro que você, como líder sindical ou representante sindical, você muitas vezes luta e não consegue. Isso eu sei de fato. Mas outras vezes a gente não sente essa luta. A gente sente que se dão as mãos: sindicato e estado. [...] Eu ia às vezes para algumas reuniões, algumas assembleias, a gente percebe que os próprios chefes ficam freando a categoria para não se ir à luta de coisas que são direitos nossos. Então eu acho que isso não me representa. (PROFESSORA 4)

Eu acharia que o sindicato ele deveria ser apartidário. Como assim apartidário? Levanta uma bandeira? Levanta. Só que se o candidato dele for o que ganhou a eleição ele não deve compactuar. Deve ter uma linha ali que separe ação sindical aqui e o governo ali e faça as mesmas cobranças que fosse de um da oposição, aí deveria ser desse jeito, mas infelizmente não é. (PROFESSOR 7)

Outro ponto comum entre vários professores é a respeito da participação nas paralisações e greves, mesmo não sendo sindicalizados. De acordo com os dados produzidos, as dificuldades na organização dos professores são simplesmente por conta da “falta de unidade”, “despolitização”, “falta de consciência e identidade de classe”, “melhoria individual”, “falta de ideologia”.

Falta de ideologia, ninguém tem não. Pelo menos aqui na escola, pouquíssimos pensam em nível de sociedade. Pensam em nível pessoal, né? Acho que falta uma ideologia. (PROFESSORA 5).

Engraçado a gente estar falando sobre isso agora, que ontem eu discutia sobre isso. A desunião da nossa classe, da nossa categoria, com um colega. [...] infelizmente a gente constata isso em várias outras situações do cotidiano escolar. Não existe muita

unidade, não. E eu acho que quando parte pro político, menos ainda, apesar... Além da divergência política que a gente tem, não deveria ter, diante desse quadro político que a gente tem no país hoje. (PROFESSORA 3)

Acho que para nós falta uma consciência de classe desde a base da formação, mesmo acadêmica. [...] consciência de classe como profissionais. Ainda existe uma visão meio de missão de ensino e que a gente não pode exigir... Sem contar a questão de priorização da profissão do ponto de política pública e sociedade. (PROFESSOR 6)

Já na perspectiva dos dirigentes sindicais, os principais desafios para organização coletiva dizem respeito à participação dos professores, sobretudo na perspectiva de fazer funcionar as comissões sindicais de base:

Trazer, tirar eles das escolas para participar das coisas, não participam. É o desafio maior é tirar o povo da escola para se formar, para se fortalecer, para enfrentar toda essas dificuldades que têm, mas não saem. (DIRIGENTE SINDICAL 2)

Os limites que apontam e, também pelos desafios são na minha leitura os mesmos do princípio desse novo sindicalismo. Eu falei que nós nos organizamos com comissão sindical de base, ou seja, a representação sindical por cada local de trabalho. Mas nós não conseguimos consolidar isso até hoje. Cada direção que muda a gente tenta trabalhar isso. Eu acho que na minha última gestão nós recebemos relatório só de 70 escolas e olha que só da rede estadual são 1.162 escolas. Só 70 escolas devolveram a ata e dessas 70 só 20 ou 26 que escolheram uma comissão sindical de base. Então você veja num universo 1.162, só 26 fez a escolha da comissão sindical de base. Eu acho que isso aí é uma ação limitadora da nossa organização, porque você perde a voz direta no local de trabalho, uma pessoa que leva mensagem, que traga mensagem da categoria para direção, que defenda a ação coletiva, que se tiver dúvida seja um interlocutor para chamar alguém da direção para ajudar no diálogo. (DIRIGENTE SINDICAL 3)

Os dirigentes sindicais consideram que a diminuição da participação pode ter relação com um determinado perfil profissional que está entrando na Rede de Ensino e com a própria dinâmica gerencial do PEI:

Então assim, são duas coisas que dificultam demais a ação, a ação sindical. Primeiro essa renovação muito grande. Essa renovação muito grande trouxe também um professor menos preocupado com as lutas coletivas. É um perfil muito de estar na escola. No governo de Eduardo, 2002, a gente tem dez anos. Em dez anos muitos professores entraram nessa rede, nessa gestão com essa visão. Então assim, esses novos que entraram eles ainda não consolidaram uma concepção de atuação mais coletiva. Muitas, muitas dificuldades de trazer e muito impedimentos nas escolas. Que a gente, pela lei o professor, ele pode participar de congresso, de conferência, leva declaração e não leva falta, mas tem muita pressão na escola pra ele não sair da escola uma tarde. Então, isso dificulta uma ação mais coletiva. (DIRIGENTE SINDICAL 1)

De acordo com os dirigentes sindicais entrevistados, outra proposta que não se consolidou foi a dos delegados municipais. A avaliação que o SINTEPE faz é de que isso ocorreu por falta de interesse dos profissionais em desempenhar essa função. Para os dirigentes sindicais, esse é um importante desafio, considerando que quanto mais profissionais participando, trazendo ideias, coordenando os processos de organização e resistência fluiria melhor em termos de uma pluralidade maior de ideias. O trecho abaixo evidencia essa questão:

A própria ideia dos delegados municipais nas cidades do interior. Quando a gente olha o quadro, ainda hoje, várias cidades não têm. Algumas alegam que não tem quem

queira ser candidato, não queira fazer essa representação. Então, a ausência da execução da Comissão de base tem um desafio para todos nós, porque se temos mais pessoas envolvidas, mais pessoas participando, organizando, discutindo, levando ideias, trabalhando isso você tem [...] flui mais em termos de conteúdo também de ideias. Esse é um elemento. (DIRIGENTE SINDICAL 3)

Outro ponto colocado pelo entrevistado como um desafio é que o SINTEPE possui uma Secretaria de Política e Formação Sindical, um coletivo de formação. Tem um na CNTE, um na CUT e outro no SINTEPE, que é formado por alguns representantes regionais e setoriais. No entanto, de acordo com os dirigentes sindicais, isso não chega à base. Essa secretaria, de acordo com o dirigente, é um espaço para “discussão, colaboração e aprendizado da diretoria, dos núcleos Regionais, dos Setoriais e da base ativa e aposentados”, sendo essa uma conquista importante para o fortalecimento das lideranças sindicais e da categoria. Sobre essa questão:

O outro também que limita e está pendente, e fica como desafio para nós, e eu desde a época que era secretário de formação sindical dizia isso: gente, nós temos um coletivo de formação no SINTEPE, tem um na CNTE, tem um na CUT e tem no SINTEPE. Esse coletivo de formação é formado por alguns representantes regionais e setoriais. E quando é que a gente chega na base? O coletivo, ele é CUT, que são as entidades da federação, da CNTE. O SINTEPE participa que sou eu. Quando eu faço o coletivo no SINTEPE, quem participa são os coordenadores de núcleo e quando é que chega na escola? Então, na minha cabeça, a gente só chega na escola fazendo coletivos municipais, com as escolas do estado ali, e coletivos. Eu nem chamo coletivo, eu falo grupos de estudos dentro da escola. (DIRIGENTE SINDICAL 3)

Nesse sentido, manter as pessoas participando de todo processo é um grande desafio, dificultado pela falta de contato mais direto com a base em seus locais de trabalho.

O dirigente sindical acima destacou ainda que, ideologicamente, o projeto neoliberal avança nas escolas públicas e é preciso reconhecer que as Escolas de Referência em Ensino Médio estão dentro deste contexto. Segundo o entrevistado, a organização sindical foi perdendo força porque a rede estadual vem vivenciando uma política educacional aplicada pela força, ou seja, sem consultar docentes, sindicatos e comunidade escolar em geral. Por isso mesmo, a direção do sindicato é contra essa política, mas, segundo ele, é preciso que a maioria da base também se posicione assim. Então, o desafio é trazer a massa dos professores para a luta coletiva organizada pelo sindicato.

### ***Analizando a organização docente a partir da sua participação no sindicato***

Há um consenso entre os entrevistados, tanto professores, quanto dirigentes sindicais, de que há um problema na organização da categoria para lutar pelos seus direitos, num processo de organização coletiva que seja capaz de influenciar as políticas educacionais. Esse problema de participação é visto, pelos professores, como decorrente de um distanciamento do SINTEPE em relação aos docentes ou mesmo das pautas da categoria, e em virtude de uma possível aproximação política da entidade com o governo estadual, que esteve sob o comando do Partido Socialista Brasileiro (PSB) por 16 anos<sup>3</sup>. Há uma desconfiança entre os docentes, inclusive em relação à posição do sindicato em relação à política para o ensino médio, apesar de acreditarem que a entidade tem uma posição crítica, embora não faça um

enfrentamento mais efetivo.

Já para os dirigentes sindicais, mesmo que a entidade seja contra a política, se a base defende e for maioria, o sindicato será derrotado. Neste aspecto, é interessante analisarmos o papel do sindicato em termos gramscianos. Para esse autor os sindicatos, assim como os partidos, têm a função de organizar e dirigir a sua base, isto é, uma função educativa que vai além da luta econômica-corporativa.

Nesse sentido, se considerarmos o sindicato como um intelectual coletivo, este teria a função de contribuir para uma reforma moral e intelectual, ou seja, a questão da formação de uma concepção de mundo coerente e unitária. Assim sendo, isso é de fundamental importância na disputa de hegemonia, pois o sindicato pode contribuir na mediação da passagem do momento econômico-corporativo ao ético-político, universal. Dessa forma, o sindicato deveria “criar as condições objetivas nas quais as classes não mais podem existir nem renascer” (GRAMSCI, 2021, p.101). Nesta perspectiva, o sindicato é concebido com um dos responsáveis em criar as condições necessárias para conquista da hegemonia pelos trabalhadores.

Assim, é interessante pensar que a luta por aumento salarial, mesmo sendo importante e indispensável, não promoverá a mudança necessária para que os docentes saiam dessa condição de subordinação estrutural. O interesse da classe trabalhadora precisa se desenvolver no campo da luta pela transformação estrutural da sociabilidade capitalista. Nas palavras de Gramsci, isto consiste “na transformação do grupo subordinado em grupo dominante” (GRAMSCI, 1999). Nesse sentido, faz-se importante afirmar que o sindicato, devido a sua própria natureza concorrencial, não é comunista (GRAMSCI, 2021) e não pode ser o instrumento de renovação radical da sociedade, mas deveria atuar como intelectual coletivo organizando e dirigindo a categoria, construindo assim o caminho para que os docentes pudessem romper com a sua subalternidade.

Dito isto, claro que entendemos que as lutas por direitos são fundamentais, a partir das necessidades de uma época histórica. Isto é, elas são definidas a partir das demandas surgidas neste tempo histórico como consequência do desenvolvimento capitalista. No entanto, tendo como pressuposto que os sindicatos, os partidos políticos, as associações de classe deveriam desempenhar um papel de formação política da classe trabalhadora. Nesse trabalho, especificamente, o sindicato docente poderia atuar como mediador na formação política de sua base criando as condições necessárias para o desenvolvimento de uma consciência de classe, ou seja, a consciência de seu ser histórico, trabalhador que, na contradição capital-trabalho, se encontra do lado da classe trabalhadora. E, portanto, a luta é a transformação da condição de subalterno em relação ao grupo dominante.

Com a análise dos dados produzidos durante a pesquisa é possível inferir que o grupo pesquisado se encontra na fase mais elementar da consciência política coletiva que é o momento econômico-corporativo e dessa forma não consegue influenciar a política para o ensino médio em Pernambuco.

Nestes termos, a função do sindicato é bem mais ampla do que convocar a categoria para as assembleias ou mesmo fazer a luta econômica. É de despertar e organizar a vontade coletiva do povo

que se encontra disperso e pulverizado (GRAMSCI, 1999, p. 14). Os docentes foram questionados sobre a participação nas atividades organizadas pelo sindicato. Dos 27 docentes entrevistados, 14 expressaram que costumam participar das paralisações e greves organizadas pelo sindicato, 13 docentes afirmaram não participar dos atos de rua e nem das assembleias e reuniões instrutivas, onde são repassadas as informações mais gerais sobre as ações e atividades do sindicato. Contudo, 16 docentes entrevistados não são sindicalizados por não se sentirem representados pela entidade ou por serem passivos em relação a questões políticas. Entre os que responderam que participavam desse tipo de atividade, todos afirmaram a importância do pensar na luta coletiva mais ampla.

Nesta mesma direção, Oliveira e Vieira (2014) também constataram em pesquisa que os docentes participam mais de “greves e paralisações” e “campanhas salariais do que de reuniões, congressos, seminários e debates. Nesse sentido, os docentes entrevistados citaram alguns fatores que dificultam ou impedem que participem mais ativamente das ações desenvolvidas pelo SINTEPE, sendo a primeira o alto número de contratos temporário na rede estadual de ensino. Quando uma mesma categoria, que deveria ter o mesmo plano de cargo e carreira, sofre uma estratificação em relação à garantia de direitos, ou de tipos de contratos, isto pode ser um importante elemento para desarticulação desses profissionais como classe. Outro elemento de desarticulação é o próprio modelo das políticas neoliberais na educação que possuem uma lógica de responsabilização e competição entre sujeitos e entre escolas ao adotar uma política de premiação e punição atrelada aos resultados das avaliações externas.

A partir da análise dos dados produzidos, compreendemos que existem muitas dificuldades de organizar o sindicato. Nessa lógica, podemos inferir que essas dificuldades se agravaram nos últimos tempos devido às políticas reformistas de cunho neoliberal, nas quais os sindicatos e organizações coletivas de classe sofreram profundos ataques. A intencionalidade desse processo é alcançar o seguinte objetivo:

(...) a destruição do mais estável e potencialmente poderoso defensor da educação pública de massas. A existência contínua do sindicalismo docente está ameaçada – se o que definimos como “existência” são organizações que possuem a capacidade legal para barganhar benefícios econômicos significativos, e defender os direitos da categoria para exercer o juízo profissional sobre o que ensinar e como ensinar (WEINER, 2013, p. 470).

Neste aspecto, os sindicatos ainda se constituem como o mais expressivo obstáculo para a implementação da agenda neoliberal na educação.

Outro ponto levantado pelos docentes foi o “medo”, citado como um sentimento que impede a participação e organização coletiva dos professores. Sobre isso, Dejours (2003), pesquisando e analisando o sofrimento causado nos trabalhadores com a mudança na organização das indústrias automobilísticas diz que um dos principais elementos que geram nos sujeitos certa apatia e a inexistência de movimento coletivo é o medo.

Por ora, consideramos que os trabalhadores submetidos a essa nova forma de dominação pela manipulação gerencial da ameaça de precarização vivem constantemente com medo. Esse medo é permanente e gera condutas de obediência



até de submissão. Quebra a reciprocidade entre os trabalhadores, desliga o sujeito do sofrimento do outro, que também padece, no entanto, a mesma situação. (DEJOURS, 2003, p. 52)

Ao examinar esse trecho é possível reconhecer que, da mesma forma, os professores da rede estadual de ensino de Pernambuco estão submetidos a processos de intensificação e precarização do seu trabalho que geram medo e insegurança. A convivência constante com o medo tem como consequência uma série de comportamentos que afetam a própria subjetividade dos trabalhadores da educação, gerando apatia e desencanto com a luta.

Por outro lado, os docentes afirmaram que esse desencanto também ocorre devido às constantes derrotas nas lutas travadas pela categoria. Consideram que a atuação do sindicato muitas vezes se alinha às posições do governo do estado e que, em diversas situações, mais parecia que a entidade estava tentando frear a categoria para evitar a radicalização das ações. Sobre isto, a tese de Barbosa (2020) trouxe importantes dados no sentido de elucidar a relação entre o Partido dos Trabalhadores, o Partido Socialista Brasileiro e os dirigentes do SINTEPE, numa perspectiva reformista em relação à política para o ensino médio.

Considerando o conceito gramsciano de *transformismo*, nos interessa compreender como este se refere ao fato de intelectuais, ou grupo de intelectuais e lideranças de uma classe, se incorporem ao assumirem o programa do outro grupo. Ou melhor dizendo, as lideranças e intelectuais serem cooptados pela classe dominante, reproduzindo seu programa. Nesse sentido, não representa de fato a classe à qual pertencem. Esse fenômeno consiste na manutenção do domínio da classe no poder, que utiliza de todas as formas para impedir a sublevação violenta dos subalternos. Há aqui uma inversão da fórmula da hegemonia, ou seja, o domínio não pode ser mais caracterizado como um aspecto da direção mas sim o contrário: a “direção política torna-se um aspecto do domínio” (GRAMSCI, 1999).

Assim, as classes subalternas têm sua formação política sempre prejudicada, não havendo uma reforma moral e política capaz de estabelecer um outro modo de vida. Nesse constante processo de transformismo, vivenciam permanentes processos de apassivamento, em que são sempre aliados dos espaços de poder.

A organização política das classes subalternas e a transição para o socialismo são interditadas na medida em que os intelectuais orgânicos, dirigentes políticos, organizadores da classe, têm sua formação dificultada por recorrentes processos de transformismo, isto é, a tutela do Estado e a absorção no interior de sua burocracia, num recorrente processo de apassivamento, isto é, de conformação política para a subalternidade. (ALIAGA, 2020, p. 129)

Esses fenômenos consistem precisamente no enfraquecimento e na paralisia do antagonista. Assim, esses docentes consideram que o sindicato, em vez de apoiar e assumir uma função educativa e diretiva, ou seja, de intelectual da classe, na realidade assume a função de disciplinador das lutas que naquele momento foram colocadas pela base. E, por isso, não se sentem representados por seu sindicato. O transformismo é a prova da força hegemônica que o grupo dirigente tem nos aspectos intelectual, moral e político (KANOUSSE; MENA, 1985, p. 98). E neste sentido, ainda que os dados aqui

apresentados não permitam o aprofundamento do tema, são recorrentes nos depoimentos dos professores as insinuações de que os dirigentes do SINTEPE não confrontavam de maneira contundente os mecanismos gerenciais porque seu partido era da base aliada do governo. Todavia os estudos de Barbosa (2020) ajudam a aprofundar o tema. A respeito o autor afirma:

Paralela à estratégia da modernização-restauradora para o apassivamento político-ideológico dos subalternos na política do ensino médio, também observamos em Pernambuco fenômenos típicos do *transformismo*, tais como: i) hibridismo entre princípios gerenciais-empresariais e populares no programa político do PSB. Processo que pode ser entendido como *indiferenciação ideológica*, isto é, a *aparência de uma racionalidade neutra, sem classes*, para acomodar distintos e antagônicos interesses de classe em sua frente política; ii) *cooptações de intelectuais e entidades críticas* ao projeto do Procentro, como foi o caso da Deputada Tereza Leitão do PT e o SINTEPE; iii) *absorção de aparelhos de hegemonia* para legitimar a racionalidade dominante. (BARBOSA, 2020, p. 240-241)

Os docentes também relataram que a categoria não possui identidade de classe e que, por isso, não se organizam coletivamente. Nesse sentido, destacamos que a identidade não é algo que se constrói individualmente e de forma unívoca. Ela se constrói a partir das vivências sociais dos sujeitos, a partir das suas relações com outros sujeitos, suas crenças e concepções de mundo. Ou seja, não implica apenas sua experiência objetiva como docente. Para além da consciência de classe, é preciso analisarmos a correlação de forças, que no momento é desfavorável para os sindicatos de um modo geral, e não é diferente com o SINTEPE. Sobre esse aspecto, é fundamental considerarmos que sob a sociabilidade capitalista, o ponto nodal é precisamente a contradição capital/trabalho. Portanto, essa é a essência do conceito marxiano de consciência de classe e da teoria das classes.

A essência da teoria de classes e da consciência de classe de Marx é precisamente esse conceito de subordinação estrutural necessária do trabalho ao capital na sociedade de mercadorias. E nenhum aumento nos salários- pois salários são apenas salários, nada mais poderia mudar isso. (MÈSZÁROS, 1993, p. 92)

Nesta perspectiva, mesmo que as conquistas trabalhistas elevem os salários e melhorem as condições da reprodução da força de trabalho, a condição essencial, no capitalismo, de subordinação do trabalho ao capital não se altera. E, nesse aspecto, só é preciso uma crise, como a que vivenciamos, para que esses direitos se percam e a classe trabalhadora sofra o rebaixamento da condição de trabalho e da vida. Logo, não é diferente com os docentes. Mesmo em relação aos professores das EREMs, que supostamente, teriam uma condição melhor, nos últimos anos vivenciaram o rebaixamento nos valores das gratificações e bônus. Além do que, houve piora nas condições de trabalho, com o aumento do número de estudantes por sala, o acúmulo de projetos a serem desenvolvidos, aumento dos casos de assédio pela gestão, preenchimento do Diário de Classe *online* e ênfase nos resultados.

Com a análise dos dados foi possível observar um processo de destruição de direitos trabalhistas em curso na rede de ensino estadual de Pernambuco que nos coloca frente a outra problemática: a diferenciação dos tipos de contratos significa que temos professores com direitos diferentes e as novas gerações que ingressam na profissão docente como concursados já possuem menos direitos.

Interessante destacar que hoje os sindicatos têm grandes desafios para fazer o enfrentamento

do avanço dessas políticas e do capital. Sobre este aspecto, o atual estágio de desenvolvimento capitalista exige cada vez mais estratégias para sua expansão e para isso busca construir no senso comum uma consciência no sentido de incorporação e universalização da ideologia dominante difundidas pelos múltiplos Aparelhos Privados de Hegemonia. Nesse quadro, é fundamental sublinhar que essas ações se dão numa dimensão global e age sobre todos os aspectos da vida social e, a educação e todos os processos envolvidos nela, passaram a ocupar um lugar estratégico para essas classes manterem sua direção e domínio.

A partir da análise sobre a organização e participação política dos professores foi possível perceber como a destruição da estabilidade e da carreira afeta diretamente a capacidade da categoria ter força para o enfrentamento do avanço de políticas, que afetam e controlam a carreira docente por meio de cobranças, assédio, intensificação e precarização do trabalho e da ação dos governos. Em espaços onde há um forte controle e cobrança, o assédio funciona como uma estratégia de gestão para que os fins propostos pela política encontrem sua plena realização.

Espaços de trabalho propulsores de altos índices de desempenho e produtividade, estruturados com base em exigências que cada vez mais extrapolam as capacidades física e mental humanas, não conseguem se manter senão por meio de diferentes e sofisticados mecanismos de controle e coerção. O assédio moral é parte dessa engrenagem. As práticas dessa natureza são ferramentas de gestão voltadas para garantir, por meio da pressão institucionalizada, tanto o aumento constante da produtividade como isolamento e a exclusão daqueles que se constituem como “barreiras” para sua plena realização. (ANTUNES, 2020, p. 153)

O que está se criando, nos termos de Gramsci (1999), é um novo nexos psicofísico de um nível bem superior ao anterior, que pressupõe a quase total subsunção dos professores ao programa, retirando desses profissionais a autonomia e o controle sobre seu processo de trabalho. A tecnologia tem um papel importante ao gerar uma convicção de que por meio de seu uso a educação possa ser totalmente gerenciada de acordo com critérios técnico-científicos e financeiros. O eixo desse processo é que toda concepção da prática pedagógica seria retirada das mãos dos docentes e controlada por superiores, numa perspectiva de gestão gerencialista. Assim, os docentes não passariam de meros executores de programas e projetos. Devido ao avanço tecnológico, esse controle alcança contornos bem mais profundos.

Portanto, os desafios são grandes e variados no que diz respeito à participação e organização dos docentes por meio de seu sindicato. Do ponto de vista da disputa de hegemonia é possível afirmar que as estratégias e os mecanismos utilizados pelo governo podem criar fortes obstáculos à organização coletiva dos professores. Bem como os indícios de processos de transformismo e a incapacidade do sindicato, como intelectual coletivo, de dirigir e organizar a luta dos docentes no contexto das políticas gerencialistas, contribuindo para a elevação moral e intelectual desse grupo, tem dificultado e impedido que os trabalhadores em educação avancem do momento econômico-corporativo da consciência política para o momento em que uma concepção de mundo mais avançada seja consolidada.

### **Conclusão**

Em relação à forma como os profissionais da educação se organizam e participam politicamente das ações desenvolvidas pelos sindicatos, diversos aspectos importantes foram destacados como dificuldades e/ou impedimentos para que estes participem de forma mais orgânica dessas ações. Dentre os principais se encontra a grande diferenciação entre os tipos de contratos de professores para atuarem na rede estadual de ensino, onde quase 50% dos docentes da rede estadual de ensino de Pernambuco são contratados temporariamente e estes, sem estabilidade, se sentem pressionados a não se organizarem ou participarem das lutas por direitos. Assim, mesmo que o SINTEPE tenha aberto seu estatuto para permitir a filiação desses profissionais, eles não se sentem seguros, pois sofrem ameaças “veladas”. Assim, os representantes sindicais e os docentes revelaram que a fragmentação dentro da categoria dificulta e enfraquece a organização e participação dos professores e das professoras.

Conforme discutimos nas seções anteriores, o próprio modelo das políticas neoliberais na educação, pautado numa lógica de responsabilização e competição entre docentes e entre escolas, e numa lógica de premiação e punição vinculada aos resultados das avaliações externas, também é um importante fator de desarticulação da luta coletiva. Esse modelo de políticas possui um forte elemento de controle político sobre a categoria e, nesse aspecto, as gratificações e bonificações não significam apenas valorização financeira, mas um elemento fundamental de controle subjetivo desses sujeitos, que incorporam todas as normas prescritas na política para o ensino médio. No entanto, de acordo com as análises dos dados, os docentes apresentam um entendimento diferente das concepções de educação integral do programa, demonstrando assim que as contradições estão presentes.

Ainda sobre a organização e participação política de professoras e professores, dois elementos emergiram das falas dos entrevistados, o medo e o desencanto com a luta. O medo está muito associado à insegurança em relação à contratação, ou seja, o medo de perder o emprego e a cobrança para alcançar as metas estabelecidas. Já o desencanto foi relatado como uma consequência de sucessivas derrotas do ponto de vista das lutas organizadas pelo sindicato. Na percepção dos entrevistados, as lutas não avançam, além do que, são muitas vezes fortemente reprimidas, inclusive com uso da força de segurança estatal, o que gera medo e apatia na categoria. O desencanto também está relacionado com o fato de o sindicato parecer estar atrelado ao governo, despertando desconfiança entre os docentes sobre sua capacidade de intervir em favor da categoria.

Em relação à disputa de hegemonia, é possível afirmar que há indícios de transformismo e de enfraquecimento do sindicato, como intelectual coletivo, para organizar e dirigir a luta dos docentes no contexto das políticas gerencialistas. Isto tem dificultado e impedido que o movimento docente rompa a subalternidade e que se desenvolva para além da consciência econômico-corporativa para que as suas lutas possam ter uma expressão universal. Para tanto, é necessário, por exemplo, conscientizar a base sobre a necessidade de disputar controle do trabalho pedagógico pelos sujeitos que o produz. Isso passa pela superação da gestão gerencial, dos indicadores de desempenho e das políticas de bonificação, em

busca da democracia substantiva (MÈSZÁROS, 2005) da escola e da política educacional.

Diante do exposto, esperamos que pesquisas dessa natureza tragam luz sobre as principais dificuldades das trabalhadoras e trabalhadores da educação e que elas possam ser superadas a fim de se construir um movimento coletivo forte que seja portador de uma “vontade coletiva nacional popular” (GRAMSCI, 1999, p. 16), não como pensamento abstrato, mas como ação prática direcionada a um fim, ou seja, a construção de uma nova ordem social.

### **Referências:**

ACANDA, Jorge Luís. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALIAGA, Luciana. Gramsci e Pareto: sobre a passividade das massas. *In: Gramsci tropicale: Dossier sul successo degli studi gramsciani in Brasile*. **Ammentu**, numero speciale 2, p. 118- 133, gennaio-giugno, 2020 - ISSN 2240-7596.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBOSA, John Mateus. **Modernização restauradora e transformismo na política para o ensino médio [integral] em Pernambuco: estratégias da hegemonia empresarial e controle do trabalho docente**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

BIANCHI, Álvaro; ALIAGA, Luciana. Força e Consenso como fundamentos do Estado: Pareto e Gramsci. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, nº 5, p. 17-36, jan.-jul., 2011.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. *In: DIAS, Edmundo Fernandes. et al. O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

FERRETI, Celso João; SILVA, Mônica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, Currículo e Disputas por Hegemonia. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 38, n. 139, p. 385-404, abr.-jun., 2017.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 14, p. 16-35, jan./jun., 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. Reformadores Empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do Sistema Público de Educação. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 33, nº 119, p. 379-404, abr.-jun., 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Cuadernos de la cárcel, tomo 3**. México: Universidad Autónoma de Puebla. Ediciones Era, 1984 (Edição Crítica de Gerratana).

GRAMSCI, Antônio. **Cuadernos de la cárcel, tomo 4**. México: Universidad Autónoma de Puebla. Ediciones Era, 1986 (Edição Crítica de Gerratana).

GRAMSCI, Antônio. **Cuadernos de la cárcel, tomo 5**. 2. ed. México: Universidad Autónoma de Puebla. Ediciones Era, 1999. (Edição Crítica de Gerratana).

GRAMSCI, Antonio. **Homens ou máquinas?** Escritos de 1916 a 1920. Seleção de artigos e

apresentação de Gianni Fresu. São Paulo: Boitempo, 2021.

KANOUSSE, Dora; MENA, Javier. **La Revolución pasiva**: uma lectura de los cuadernos de la carcel. Universidad Autónoma de Puebla: México, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÈSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÈSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MODONESI, Massimo. Revoluções passivas na América Latina. **Revista Outubro**, nº 30, p. 90-107, maio, 2018.

MORAIS, Edima Verônica de. **Disputa de Hegemonia na Política de Ensino Médio em Pernambuco**: do controle do trabalho docente aos movimentos de contestação e resistência dos professores da Rede Estadual. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. **Trabalho na educação básica em Pernambuco**. Camaragibe: CCS, 2014.

PERNAMBUCO. Decreto n. 52.076, de 29 de dezembro de 2021. Recife, 2021. Disponível em: [https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=61262#:~:text=1%C2%BA%20O%20Adicional%20de%20Efici%C3%Aancia,do%20%C3%8Dndice%20de%20Efici%C3%Aancia%20Gerencial.&text=e\)%20Analista%20Educativa](https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=61262#:~:text=1%C2%BA%20O%20Adicional%20de%20Efici%C3%Aancia,do%20%C3%8Dndice%20de%20Efici%C3%Aancia%20Gerencial.&text=e)%20Analista%20Educativa). Acesso em: 10 ago. 2023.

PERNAMBUCO. Lei Complementar n. 364, de 30 de junho de 2017. Recife, 2017. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=2&numero=364&complemento=0&ano=2017&tipo=&url=> Acesso em: 08 ago. 2023.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da. Modernização neoliberal e ampliação da jornada escolar em Pernambuco. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 3, p. 185- 199, set./dez., 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reflex/v30n3/1982-9949-reflex-30-03-185.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SILVA, Katharine Ninive Pinto; SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da. Política de Avaliação e Programa de Educação Integral no Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco: os limites da centralidade da avaliação nas políticas educacionais. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa - PR, v. 11, nº 3, p. 736- 756, set.-dez., 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8933>. Acesso em: 08 ago. 2023.

WEINER, Lois. Sindicalismo docente renascido. **Educação. Revista do Centro de Educação**. Santa Maria, vol. 38, nº 3, set.-dez., p. 469-482, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1171/117128364002.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2023.

---

## Notas

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Professora da Educação Básica do Município de Caruaru. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa: Grupo Gestor-Pesquisa em Gestão da Educação e Políticas do Tempo Livre - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7340399196515707>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0510995462167564>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7517-3334>. E-mail: [edima.morais@caruaru.g12.br](mailto:edima.morais@caruaru.g12.br).

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor do Núcleo de Formação Docente/Centro Acadêmico do Agreste da UFPE e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE. Grupo de Pesquisa: Grupo Gestor - Pesquisa em Gestão da Educação e Políticas do Tempo Livre – <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7340399196515707>. Currículo

---

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8911040109047998>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4198-8049>. E-mail: [jamersonufpe@gmail.com](mailto:jamersonufpe@gmail.com).

<sup>3</sup> O governo do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no estado de Pernambuco teve o Partido dos Trabalhadores (PT) compondo a sua base de aliados e participando diretamente da gestão de várias secretarias. Por outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), no mesmo período, foram dirigidos majoritariamente por quadros sindicais filiados ao PT. Os estudos de MORAIS (2022) e a pesquisa de BARBOSA (2020) evidenciam a existência de várias convergências entre os gestores do governo e os dirigentes das entidades de classe, no que se refere à política para o ensino médio, como é o caso das escolas em tempo integral (jornada ampliada) e das parcerias público-privadas no âmbito da educação. No presente estudo não foi possível convalidar as afirmações dos professores entrevistados, mas o teor do depoimento é recorrente em vários momentos, a partir de sujeitos diferentes.

Recebido em: 17 de jun. 2023

Aprovado em: 14 de ago. 2023